



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 3, jul./dez. 2017

ISSN. 2317-0352

ESCALADA DA CONSAGRAÇÃO E DISPUTA PELA MEMÓRIA: Itinerário político e homenagens a Maria Aragão a partir da redemocratização¹

Marcelo Fontenelle e Silva

Resumo

Este artigo analisa como um determinado agente (Maria Aragão) chegou a se constituir em um dos eixos de disputa pela reconstrução do passado recente no Maranhão, em especial a partir do início da abertura e transição democrática. Para isto, destaca-se primeiramente a relação de Maria Aragão com as disputas políticas ocorridas no período, com ênfase para a maior ocupação dos espaços institucionais por parte de agentes que se reivindicavam como herdeiros da luta contra a ditadura. Em seguida, analisa-se homenagens dirigidas a Maria, entre sua saída da prisão (em 1978) e sua morte (em 1991), com ênfase para a forma como a própria encarava tais homenagens, como ela caracterizava a si própria e era caracterizada por terceiros.

Palavras-chave: redemocratização. Consagração. Memória. Autobiografia.

RISE OF CONSECRATION AND MEMORY DISPUTE: Political itinerary and homages to Maria Aragão after redemocratization

Abstract

This article analyze how an agent (Maria Aragão) comes to constitute itself as one of the areas of dispute of reconstruction of recent past in Maranhão, especially after the beginning of democratic openness and transition. At first, we demonstrate the relation between Maria Aragão and the political disputes that occurred in that period, emphasizing the larger occupation of institutional spaces by agents identified as heirs of the fight against dictatorship. Then, its analyzed the homages to Maria, between the day she got out of prison (in 1978) and her death (in 1991), emphasizing the way how she faced such honors, how she characterized herself and was characterized by others.

Key-words: redemocratization. Consecration. Memory. Autobiography.

¹ O presente artigo é uma versão modificada do quarto capítulo da dissertação intitulada *A besta-fera vai ao paraíso: uma análise da construção da memória e identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão* (SILVA, 2017); esta versão beneficiou-se de discussões realizadas no âmbito do Núcleo de Estudos sobre Poder e Política (NEPP), de sugestões da professora Dra. Arleth Borges e dos pareceristas anônimos da revista Café com Sociologia. Registro meu agradecimento a todos.

Com o término de ditaduras, os apoiadores declarados da antiga elite política tendem a manter silêncio, fazer um esforço para ser esquecidos e/ou apagar certos aspectos do passado recente. Paralelamente, as elites ascendentes se empenham na construção de uma memória pública que exalta certos aspectos – como a resistência e o sofrimento das vítimas - e apaga outros – como o apoio ou a indiferença de segmentos da população ao regime imposto. Desta forma, no período da transição e imediato pós-ditadura, a memória costuma se sobressair à história, preponderando uma visão permeada de mitos e heróis (GROPPO, 2015a, 2015b).

No caso da transição brasileira, exemplar de uma “transição negociada” (NAPOLITANO, 2015), permanecem com um peso significativo, na nova conjuntura política, antigos partidários da ditadura encerrada. Pode-se dizer, então, que o peso político destes agentes (que não raramente passam a se apresentar como críticos ao regime) influencia na escolha e construção desses mitos e heróis. O mesmo pode-se dizer do caráter e projetos políticos da elite ascendente que, a partir da construção destes heróis, atualiza uma leitura do passado que legitima suas posições e condena seus opositores (reais ou imaginários).

Levando em conta tais considerações, este trabalho propõe-se a analisar como um destes agentes chegou a se constituir em um dos eixos de disputa pela reconstrução do passado recente no Maranhão, em especial a partir de 1978, com o início da abertura e transição democrática. A análise dos processos de construção de heróis e do passado recente implica em, pelo menos, dois movimentos paralelos, que pretendemos desenvolver ao longo do artigo tomando como eixo as formulações sobre Maria Aragão: de um lado, o resgate do itinerário político da homenageada e dos homenageadores; de outro, a apreensão dos rituais de consagração, o que inclui a análise, aqui apenas esboçada, de como o próprio conteúdo destes documentos biográficos/homenagens (que incluem os documentos autobiográficos) se inserem nas disputas pela definição da leitura legítima do passado e na afirmação de posições valorizadas no presente.

Maria Aragão nasceu em 1910, no pequeno município maranhense chamado Pindaré-Mirim. Formou-se em medicina em 1942 pela então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Em 1945, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual militou por cerca de quatro décadas. Durante este período, esteve exposta às muitas formas de violência comumente dirigidas a integrantes dessa organização, que passou a maior parte do tempo na clandestinidade.

Ao lado disso, e também por causa disso, Maria Aragão foi alvo de muitas homenagens, em especial após a sua saída da prisão, em 1978. A maior parte de seus aniversários, por exemplo, eram anunciados em jornais e contavam a presença de várias “personalidades” de relevo no meio político

e cultural da região. A sua morte, em 1991, foi anunciada nos principais meios de comunicação do estado, gerando significativa repercussão por parte de agentes políticos, mesmo aqueles com divergentes posições ideológicas e na hierarquia política estadual, além de homenagens oficiais, como o velório na Assembleia Legislativa do Estado.

Para percorrer os objetivos mencionados partimos, principalmente, da crítica a depoimentos autobiográficos de Maria Aragão, coletados entre 1988 e janeiro de 1991, registrados em três documentos (ALDIONOR, 1988; MOREIRA NETO, 2015; ANTONIO FRANCISCO, 1992). Atenta-se, para isto, à necessidade de contextualização dos eventos narrados (LAHIRE, 2004), à definição de identidade operacionalizada por Pollak (1992, p. 5) como “imagem de si, para si e para os outros”, além da atenção para o fato de que a imagem que a própria Maria faz de si é uma construção que envolve vários agentes. A presente pesquisa também utilizou documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS), disponíveis no Arquivo Público do Maranhão, e do Memorial Maria Aragão, entrevista com um dos agentes que mantiveram estreito contato com Maria no período aqui analisado (o ex-deputado Haroldo Sabóia²), além de produções acadêmicas (em especial, ARAÚJO, 2014³) e jornalísticas.

A maior parte destes documentos integravam rituais de consagração envolvendo Maria Aragão. Nestes, ao mesmo tempo em que homenageava-se esta agente, pautava-se a construção de sua identidade, mediante produção e difusão de uma série de discursos (por meio de revistas, convites, dentre outros). Como parte de um processo de consagração, tais eventos implicavam também na formação e reforço de identidades coletivas, com suas classificações, símbolos e mitologias próprias (CORADINI, 1998, p. 215).

Percebe-se, assim, que as disputas em que Maria estava envolvida, direta ou indiretamente, não diziam respeito apenas a ocupações de cargos políticos eletivos, cargos na administração pública ou disputas intrapartidárias, mas eram também, como menciona Bourdieu sobre as disputas no campo político, “uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer

² Haroldo Sabóia é filho do jornalista, advogado, professor universitário e Deputado Federal (1967-1975) maranhense José Pires de Sabóia Filho; enquanto morava em Brasília, Haroldo militou na Ala Vermelha do PCdoB, na clandestinidade; na década de 1970, ainda durante a Ditadura Militar, se muda para a França, onde cursa Economia; em 1978 retorna para São Luís, sua cidade natal, por onde se elege Deputado Estadual, a partir da legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), integrando o “Movimento Oposição pra Valer”. Nesta ocasião iniciou-se a sua amizade com Maria Aragão. É reeleito Deputado Estadual em 1982, e Deputado Federal Constituinte em 1986. Para mais informações biográficas sobre Haroldo Sabóia, ver: Grill (2012b), o verbete do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro produzido por Ednilson Cruz e Alan Carneiro (2001) e a entrevista concedida ao autor.

³ Para uma resenha crítica sobre este trabalho, ver Silva e Borges (2016).

e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os ‘poderes públicos’” (BOURDIEU, 2011, p. 174).

Seguindo tais orientações, na primeira parte deste artigo destaca-se a relação de Maria Aragão com as disputas políticas ocorridas no período da transição e após, em que houve uma maior ocupação dos espaços institucionais ligados ao Estado por parte dos agentes que se reivindicavam como herdeiros da luta contra a ditadura, com especial destaque para as sucessivas eleições de lideranças populares ou “de esquerda” para postos legislativos e executivos⁴. Já na segunda parte, analisa-se algumas homenagens dirigidas a Maria entre sua saída da prisão, em 1978, e sua morte, em 1991, com ênfase para a forma como a própria encarava tais homenagens, como ela caracterizava a si própria e como era caracterizada nos demais documentos panegíricos.

1. Itinerário político de Maria Aragão a partir da redemocratização

No Brasil, o ano de 1978, com a assunção do General João Batista Figueiredo na presidência do país, foi marcado pela implementação oficial da política de “abertura”, iniciando-se uma nova fase da história da ditadura militar brasileira⁵. A partir e então, “a distensão transformara-se em abertura, apontando o caminho para a transição democrática” (NAPOLITANO, 2015, p. 281).

A implementação de uma agenda de abertura se deu mediante uma maior pressão dos movimentos sociais e, em segundo lugar, de pressões dentro do próprio meio político (NAPOLITANO, 2015). Instituições antes apoiadoras do regime – como a Igreja Católica – se juntaram a organizações surgidas no bojo das lutas pela redemocratização e passaram a engrossar o coro da palavra de ordem “Pelas Liberdades Democráticas”, formando-se, assim, um conjunto amplo e heterogêneo de atores oposicionistas⁶.

⁴ Destaca-se, em especial, as sucessivas eleições de Haroldo Saboia para deputado e a eleição de Jackson Lago para a prefeitura de São Luís, em 1988.

Jackson Lago foi um dos fundadores do PDT, também era médico, além de ter assumido cargos político-administrativos em gestões anteriores, já havia sido eleito deputado estadual pelo MDB maranhense no pleito de 1974.

⁵ Optei pela denominação Ditadura Militar (1964-1984), a despeito de não ignorar, a “composição civil e militar daquele bloco histórico da crueldade social que se abateu sobre o país em 1964” (ARANTES, 2010, p. 215), mas para enfatizar a preponderância militar. Como nos diz Ridenti (2010), a caracterização da ditadura enquanto civil-militar “não deve ocultar que o eixo do poder era militar, e que o regime tinha sua especificidade militar” (RIDENTI, 2010, p. 289), sendo que “o importante é perceber que havia um jogo complexo de forças militares e civis envolvidas, tanto que a ditadura durou 21 anos” (RIDENTI, 2010, p. 289).

⁶ O processo de abertura foi bem mais complexo do que podemos, por uma questão de espaço, expor aqui. Além de partidos políticos e movimentos sociais, também merecem destaque os conflitos geopolíticos internacionais, a ESCALADA DA CONSAGRAÇÃO E DISPUTA PELA MEMÓRIA: Itinerário político e homenagens a Maria Aragão a partir da redemocratização | Marcelo Fontenelle e Silva

Em 1978 houve, também, eleições proporcionais para deputados e senadores, em que os candidatos do partido oposicionista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conquistaram um número expressivo de cadeiras, confirmando o crescimento já apontado nas eleições de 1974. No caso do MDB maranhense, porém, o partido perdeu espaço no parlamento, apesar da importante vitória do segmento interno ao MDB identificado como “Oposição pra valer”, ao mesmo tempo em que a ARENA teve, aqui, o melhor desempenho em relação aos outros estados (BORGES, 2008).

À saída de Maria da prisão, em 1978, seguiu a sua participação em muitos dos movimentos sociais, organizações e atividades que, em fins da década de 1970 e na década de 1980, vinham à tona (AZEVEDO, 2011). No final deste mesmo ano, em dezembro, o governo permite a volta de 120 exilados e, no ano seguinte, aprova a Lei da Reforma Partidária, extinguindo os dois partidos então existentes e possibilitando a criação de novos – mantendo-se, porém, a ilegalidade dos partidos comunistas.

Maria, então integrante da “corrente prestista”, participou do “Movimento Oposição pra Valer”, organizado dentro do MDB maranhense, identificado com os chamados emedebistas “autênticos”. Maria participa, também, da direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT); das campanhas por “Diretas Já”; do “Comitê de Defesa da Ilha”, além de ter se articulado com grupos do movimento feminista, dentre outros meios de inserção política⁷.

O momento imediato após sair da prisão foi também a ocasião em que ela conheceu Haroldo Sabóia. A partir daí e até *depois* de sua morte, Haroldo passa a ser um personagem central em sua vida. Seu nome, aliás, é um dos que mais se repete nos documentos autobiográficos de Maria. Ele foi um dos agentes que, neste período final da vida de Maria e após sua morte, mais atuou na amplificação e apropriação do patrimônio simbólico vinculado ao nome “Maria Aragão”.

Maria menciona que, até 1978, não conhecia Haroldo. Este lhe foi apresentado por amigos interessados em saber sua opinião sobre a disputa eleitoral da qual iriam participar. Conforme ela nos diz: “Um grupo veio me apresentar Haroldo, eu trabalhei na campanha dele. Não podia aparecer, estava ali acuada e recuada, porque estava cumprindo pena [liberdade condicional]” (ARAGÃO, 2015, p. 285). Nesta eleição, Haroldo foi o candidato a deputado estadual mais bem

participação de setores liberais e os conflitos internos aos militares. Para análises distintas e detalhadas do processo de abertura pode-se ver, dentre outros, Alves (1984), Napolitano (2015), Reis Filho (2014a) e Teles e Safatle (2010).

⁷ O terceiro capítulo de Araújo (2014) traz um relato da relação de Maria com o movimento feminista; uma exposição deste assunto pode ser vista também no quarto capítulo de Azevedo (2016). Sobre os demais movimentos que ocorreram no Maranhão neste período, pode-se ver Borges (2008).

votado. Objetivando distinguir-se dos candidatos ligados a José Sarney e dos candidatos ligados a Vitorino Freire (os dois grandes “grupos” que disputavam o domínio da política no estado), Haroldo, juntamente com Jackson Lago, então candidato a Deputado Federal com quem fazia campanha “em dobradinha”, adotaram o lema *Nem Maranhão Velho nem Maranhão Novo, Maranhão do Povo* (BORGES, 2008).

A campanha de Haroldo recebeu apoio de diversos segmentos identificados com os setores populares e/ou com o combate à ditadura, inclusive do conjunto do PCB que, tanto em âmbito nacional quanto estadual, vinha sofrendo com uma série de conflitos internos. Isto pode ser visto na publicação do documento que ficou conhecido como “Carta aos Comunistas” (PRESTES, 1980), publicado por Prestes em 1980, pouco antes de seu rompimento efetivo com o partido⁸. No Maranhão, este conflito não era menos visível culminando com a saída de Maria, em fevereiro de 1981⁹.

Em seu depoimento publicado na Revista (ALDIONOR, 1988), Maria não associa explicitamente o seu rompimento com o PCB ao rompimento de Prestes, mas inicia seu relato mencionando que sempre foi muito ligada a Prestes e que, a partir da publicação da “Carta aos Comunistas”, passou a questionar as posições da Direção Nacional do partido. A explicação que dá em relação ao seu rompimento com o PCB se desdobra em três aspectos: 1) o modo como a Direção Nacional conduziu o debate sobre as divergências com Prestes; 2) o posicionamento da Direção Nacional em relação a episódios da transição; e 3) um incidente ocorrido na comemoração de seu aniversário, em 1981.

Segundo nos conta Maria, durante o período em que a Direção Nacional passou exilada na URSS, as divergências entre membros da Direção e Prestes se intensificaram, chegando à difusão de “críticas ofensivas” na imprensa; outro erro na condução do debate teria sido o alijamento das direções regionais da discussão – o que incluía a direção maranhense, da qual Maria participava. Além disto, Maria cita duas posições da direção nacional que teriam contribuído para convencê-la de que “aquele já não era mais o partido pelo qual eu tanto trabalhara” (ARAGÃO, 1988, p. 14). A primeira refere-se ao “posicionamento totalmente equivocado – para dizer o mínimo – frente ao

⁸ O capítulo 16 de Reis Filho (2014b) narra com detalhes os conflitos e motivos que levaram ao rompimento entre Prestes e o PCB.

⁹ Haroldo Saboia relatou em entrevista concedida a mim que, quando retornou ao Maranhão em 1977: “o partidão [PCB] aqui já estava mais ou menos rachado. Tinha o Willian Moreira Lima, de um lado, e a Maria de outro. Todos os dois me apoiaram em 78 para deputado, como o PCdoB também me apoiou”.

atentado do Rio Centro¹⁰”, e a segunda refere-se à divulgação, pela Direção Nacional do partido, de que “os comunistas não recusavam as mãos estendidas do General João Figueiredo, pois entendiam ter chegado a hora de um pacto social entre empresários, trabalhadores e forças armadas” (ARAGÃO, 1988, p. 14). Tanto no Maranhão quanto em âmbito nacional, a polêmica em torno do atentado do Rio centro foi mais um dos episódios a demonstrar, no decorrer da transição, o aumento das divergências dentro da oposição ao regime, o que acontecia paralelamente à crescente perda de capacidade de controle do processo por parte dos militares.

Já o “incidente” que Maria relata, ocorreu em 1981, durante o seu aniversário de 71 anos. Diz ela que “naquele ano a festa correu particularmente animada, com amigos de todas as tendências e partidos” (ARAGÃO, 1988, p. 14), em algum momento da confraternização, porém, alguém colocou para tocar a “Internacional Comunista”, o que fez com que os demais dirigentes estaduais do partido ficassem “apavorados” e criticassem Maria por permitir que o fizessem, pois poderia haver ali policiais e informantes. Os demais dirigentes estaduais resolveram, por conta deste incidente, convocar uma reunião para o dia seguinte, ocasião em que Maria apresentou uma carta, assinada por ela e um grupo de militantes, expondo os motivos do rompimento formal com o PCB – diz Maria: “Eu fiquei praticamente com os jovens nessa decisão. Dos que estavam no Partido, ninguém me acompanhou” (ARAGÃO, 1992, p. 183).

A partir de então, Maria passa a reivindicar-se parte da chamada “corrente prestista”, Assim Maria define esta “corrente”:

A ‘Carta aos Comunistas’ aglutinou muitos militantes e simpatizantes espalhados por todo o país que, concordando com seus termos, passaram a compor o que chamamos de corrente prestista, que atua hoje nacionalmente, não se configurando mais como um partido. Entendemos que não temos ainda força organizada o suficiente para nos autodenominarmos partido. Prestes se refere a isto com clareza, quando diz ser necessário formar quadros marxistas para se ter um partido (...). E é assim que deve ser encarada a corrente prestista: um movimento empenhado no aprimoramento teórico, na formação política dos jovens e na lidação com as massas (ARAGÃO, 1988, p. 15).

É interessante notar que Maria adota o termo “corrente prestista”, a despeito de muitos na época considerarem as expressões/denominações “prestista”/“prestismo” como algo pejorativo, uma

¹⁰ O chamado “atentado do Rio Centro” foi uma tentativa, feita por dois agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro, de explodir duas bombas durante um show de MPB que acontecia na noite de 30 de abril de 1981. O show contava com mais de 20 mil pessoas. Porém, houve um “acidente de trabalho”: uma das bombas explodiu dentro do carro, durante a sua preparação. O exército foi obrigado a reconhecer a identidade dos dois agentes e a sua vinculação ao DOI-CODI mas, surpreendentemente, a investigação concluiu que as bombas teriam sido colocadas lá por militantes da esquerda. O episódio contribuiu para desgastar o governo e expôs divergências internas aos militares quanto à condução do processo de abertura e transição. Para uma exposição detalhada da escalada de violência patrocinada pela extrema-direita entre 1978 e 1981, ver Napolitano (2015, p. 294-296).
ESCALADA DA CONSAGRAÇÃO E DISPUTA PELA MEMÓRIA: Itinerário político e homenagens a Maria Aragão a partir da redemocratização | Marcelo Fontenelle e Silva 128

referência a características costumeiramente presentes nos partidos comunistas, mas condenáveis, como o personalismo. Os adeptos dessa “corrente” que reivindicavam este nome de batismo, como Maria, viam no termo uma alusão à combatividade, coerência, abnegação, dentre outras características imputadas a Prestes¹¹. Formaram-se assim, no país, vários agrupamentos reivindicando-se “prestistas”, a despeito de não formarem um grupo coeso. O próprio Prestes não participava de nenhuma organização formal, mas proferia orientações. De forma geral, pode-se dizer que a união dos “prestistas” se dava, “além da identidade política, originada nas lutas do período anterior a 1964”, por “uma clara relação afetiva e pessoal” (COSTA, 2013, p.152).

Após o rompimento com o PCB, em 1980, Prestes dialoga com o Partido dos Trabalhadores (PT), com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e com o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Optando, por fim, pelo apoio ao PDT. Pesaram para isto as ligações entre Prestes e Brizola desde os anos 1960, a hostilidade presente no PT contra os comunistas e as disputas entre prestistas e o PCB – que apoiava o PMDB, inviabilizando-o como uma opção para estes militantes. Isto não quer dizer, porém, que os prestistas tenham integrado o PDT. Não sendo um grupo coeso e tampouco existindo qualquer tipo de organização formal, as opções partidárias dos prestistas variaram de acordo com cada agrupamento regional (COSTA, 2013). Durante toda a década de 1980, Prestes deu apoio a vários candidatos do PDT, incluindo Brizola na disputa presidencial de 1988. Apesar de ainda ser uma questão polêmica se Prestes foi filiado ao PDT ou não, não se pode negar que, com Prestes condecorado presidente de honra da organização e “com a presença de muitos prestistas no PDT, a identificação entre Prestes e o trabalhismo de Leonel Brizola fora uma operação realizada com sucesso” (COSTA, 2013, p. 158).

No Maranhão, Maria permanece sem uma filiação formal até março de 1990, quando se filia ao PDT, apesar de em nenhum momento ter deixado de participar da “corrente prestista”. Outros integrantes da “corrente” maranhense participaram do PMDB, aliados de Haroldo Sabóia, mesmo este não se reivindicando como um “prestista”. Por meio deste partido, em 1982, os “prestistas” elegem o jornalista Aldionor Salgado vereador de São Luís. A partir de 1985, “prestistas” ligados ao PMDB deixam essa agremiação e passam a integrar o Partido dos Trabalhadores (PT), inclusive ocupando postos dirigentes. Além das disputas eleitorais, os “prestistas” atuaram em vários movimentos sociais, com especial destaque para o Movimento Estudantil (AZEVEDO, 2016).

¹¹ A admiração de Maria por Prestes, bem como a sua subordinação às posições do “Cavaleiro da Esperança”, é explícita em diversos trechos de seus relatos autobiográficos. A própria filiação ao PCB, por exemplo, é colocada como decorrente da participação em um comício de Prestes e descrita como a “filiação ao Partido de Prestes”. ESCALADA DA CONSAGRAÇÃO E DISPUTA PELA MEMÓRIA: Itinerário político e homenagens a Maria 129
Aragão a partir da redemocratização | Marcelo Fontenelle e Silva

Maria atuou, também, no Sindicato dos Médicos, protagonizando, ao lado de Cleomar Pinheiro e Luarez Lima, uma greve em junho de 1984, que incorreu em 19 dias de paralização (AZEVEDO, 2016, p. 111). A militância sindical a levou a aproximar-se da CUT, tendo sido uma das suas fundadoras no Maranhão, em junho de 1984, e exercido o cargo de tesoureira estadual entre 1987 e 1991¹². Essa participação na CUT, braço sindical do mesmo movimento que criou o PT, aliada à presença de integrantes da “corrente” neste partido, estimularam Maria a explicitar, na última página da *Revista* publicada por ocasião do seu aniversário em 1988, aproximações com o PT – organização representada, à época, como principal espaço institucional de atuação das esquerdas. Nela, uma página inteira é dedicada a um quadro em que há uma foto de Maria e a frase “Hoje, aos 78 anos (..), continuo não fugindo às tarefas e levo adiante meu trabalho político, desenvolvido na corrente prestista, no PT e na CUT (...)” (ARAGÃO, 1988, s/p.)¹³. Em depoimento posterior (colhido entre agosto e novembro de 1991), porém, Maria afirma: “não sou filiada [ao PT], dizem ainda que sou ‘persona non grata’ a esse partido. Mas eu entrei para a CUT em função da minha atuação (...) como sindicalista (...). E esse negócio de ‘persona non grata’ existe é aqui [no Maranhão], isso não acontece na CUT nacional” (ARAGÃO, 1992, p. 197) - o que demonstra momentos de maior aproximação e distanciamento entre Maria e o PT.

Nesse contexto, de crescimento do PT e legalização dos partidos comunistas (PCB e PCdoB), a opção de Maria por um partido classificado como de centro-esquerda – o PDT – suscitava questionamentos e incompreensões. Certamente por isto, Maria reiteradamente explica essa escolha em seus registros memorialísticos, o que nos remete à tese, sustentada por Bourdieu, segundo a qual os empreendimentos biográficos são uma oportunidade para o biografado dar um “ganho de coerência” (BOURDIEU, 2006, p. 184) na forma como a sua vida é interpretada – por si, já que todo empreendimento autobiográfico é também uma forma de autoanálise, mas também, e talvez principalmente, por terceiros. Portanto, não é à toa que, ao mencionar a sua filiação ao PDT, Maria registre que isso causou um certo “estranhamento” em muitas pessoas e discorra

¹² Informação retirada da “Nota de Pesar” publicada pela CUT em diversos jornais do estado.

¹³ Sobre a sua relação com a CUT e o PT, diz Maria: “As pessoas às vezes estranham que eu trabalhe para a CUT, de que sou tesoureira pela segunda vez, fui reeleita agora, dizem que a CUT é braço do PT, a que não sou filiada, dizem ainda que sou ‘persona non grata’ a esse partido. Mas eu entrei para a CUT em função da minha atuação política, no passado e no presente, como sindicalista pertencente ao Sindicato dos Médicos. E esse negócio de ‘persona non grata’ existe é aqui [no Maranhão], isso não acontece na CUT nacional” (ARAGÃO, 1992, p. 197). Vale frisar: este depoimento dado a Antonio Francisco, que afirma de forma clara um distanciamento entre Maria e o PT estadual, foi colhido entre agosto de 1990 e janeiro de 1991, ou seja, três anos depois da sua afirmação, na *Revista* publicada por ocasião de seu aniversário em 1988, afirmando que continuaria trabalhando no PT e na CUT. ESCALADA DA CONSAGRAÇÃO E DISPUTA PELA MEMÓRIA: Itinerário político e homenagens a Maria 130 Aragão a partir da redemocratização | Marcelo Fontenelle e Silva

longamente sobre os motivos para ter votado, na eleição presidencial de 1989, em Leonel Brizola, do PDT. Diz Maria:

As pessoas estranham que eu tenha me filiado ao PDT, que tenha votado em Brizola, quando existia um candidato como o Lula, um operário, um metalúrgico. Quero dizer que não sou “anti-Lula”, mas na eleição para presidência era Lula contra Brizola, fiquei com este porque apresentava experiência positiva” (ARAGÃO, 1992, p. 197).

Como parte dessa discussão e justificação, Maria relata os “aspectos positivos” das gestões de Brizola como prefeito de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e como governador do Rio de Janeiro, além de destacar a “coragem” de Brizola, conforme ele teria demonstrado no “episódio da renúncia de Jango”¹⁴. Ao mesmo tempo, faz questão de afirmar que encara “com muito respeito e muita simpatia a existência do PT” e vê “no Lula um operário sério, que teve a capacidade de lutar, chamar a atenção dos trabalhadores para a necessidade de ter um partido” (ARAGÃO, 1992, P. 199).

Apesar da sua filiação ao PDT em março de 1990 e do apoio a Brizola em sua candidatura à presidência, pelo PDT, em 1989, Maria não votou no candidato pedetista, Jackson Lago, para a prefeitura de São Luís nas eleições de 1988. A declaração de não-voto em Jackson Lago é acompanhada por elogios à sua gestão e pela ênfase no fato de que as restrições e críticas feitas por ela e pelos “prestistas” eram dirigidas ao candidato a vice-prefeito, integrante da União Democrática Ruralista (UDR), organização reconhecida pela defesa dos interesses do patronato rural. Mais uma vez, em seu relato há uma explicação para aquilo que poderia ser encarado, em especial sob os olhares *a posteriori*, como uma contradição, reiterando o empreendimento autobiográfico como um meio de adquirir um “ganho de coerência”. Diz Maria:

Nas eleições de 1988, o candidato ideal para nós a Prefeito [de São Luís] seria Jackson Lago, mas por infelicidade o vice dele era Magno Bacelar, que constava ser o presidente de honra da UDR, e isso fez com que nós, os prestistas, o PT e outros não quiséssemos votar em Jackson, embora reconhecendo que era o melhor candidato (ARAGÃO, 1992, p. 191).

Maria coloca ainda que a filiação ao PDT era também uma forma de homenagear Luís Carlos Prestes, falecido em 7 de março de 1990. Sabe-se também, pelo texto escrito por Moreira

¹⁴ Apesar de não entrar em detalhes sobre o “episódio”, por certo Maria se refere à postura assumida por Brizola quando à frente do governo do Rio Grande do Sul, no momento em que Jânio Quadros renuncia à Presidência da República, em 1961. A renúncia de Jânio era, na verdade, uma tentativa de golpe. Isto gerou uma crise política, pois muitos não consideravam o seu vice, João Goulart, como apto a assumir a presidência. Em meio às disputas políticas e militares instauradas no conflito, Brizola se destacou por sua atuação, tanto política quanto militar, para garantir a posse de Jango. Dentre outras referências possíveis, ver Napolitano (2015, p. 31-33).

Neto e publicado como apêndice nos dois livros de relatos autobiográficos de Maria Aragão, que a opção pelo PDT não foi individual, pois na mesma data em que ela se filiou a este partido também o fizeram o então deputado federal Haroldo Sabóia, pessoas ligadas a ele, além do próprio Moreira Neto. Ademais, também é válido destacar que sua filiação ocorreu durante a primeira gestão de Jackson Lago na prefeitura de São Luís (1988-1992), quando a própria Maria Aragão integrava o quadro de médicos da prefeitura.

2. Edificação do mito - as homenagens no pós-1978

Ainda antes de sair da prisão no início de 1978, Maria narra um evento que pode ser tomado como um marco do início de uma série de homenagens que, aliada ao contexto da redemocratização e às especificidades de como narrar o passado em contextos pós-ditatoriais, marcaram uma nova fase de sua trajetória e construção da sua identidade pública. Diz ela que, em um certo momento, aconteceu no presídio uma cerimônia com a presença de várias “autoridades” e, na ocasião, ela dirigiu-se para sentar em meio aos detentos, mas as “autoridades” que compunham a mesa a convidaram a sentar junto com elas, para onde Maria se dirigiu sob “calorosas palmas” (ARAGÃO, 1992, 2015).

Para fins de exposição e análise, pode-se dividir as homenagens feitas à Maria neste período em quatro categorias: 1) as do âmbito pessoal; 2) do âmbito profissional; 3) do âmbito político-administrativo; e, por fim, 4) do âmbito artístico-cultural. Vale frisar, porém, que esta divisão não deve obnubilar o fato de que, na prática, estas categorias de homenagens se interpenetram.

2.1. Homenagens mais ligadas ao âmbito pessoal

Márcia Araújo (2014) traz depoimentos mencionando que os aniversários de Maria eram “grandes festas populares”, onde se reuniam militantes, amigos e admiradores. Sobre estas comemorações, Maria diz que “os amigos sempre levaram muito em conta comemorar meu aniversário, todo ano vinha um pessoal para minha casa e fazia um almoço” (ARAGÃO, 1992, p. 173). De fato, as comemorações de aniversário de Maria se constituíam como eventos de caráter público desde a década de 1950, quando a data era divulgada no jornal *Tribuna do Povo*. Além do título – “Aniversaria dia 10 a Dra. Maria J. Aragão” -, a matéria trazia uma foto da aniversariante e um relato biográfico destacando as dificuldades enfrentadas, como a pobreza na infância, e a sua

capacidade de vencer tais desafios, asseverada pelo fato de ter conseguido se tornar médica; também trazia informações sobre a sua militância política (TRIBUNA DO POVO, 1954, p. 1, *apud*, ARAÚJO, 2014).

Com a saída de Maria da prisão, em 1978, e o Brasil vivendo um novo contexto político, o caráter público e político dos aniversários de Maria se intensifica. Além do mais, é justamente em seus aniversários que a diversidade de agentes que se punham a homenageá-la se manifesta de forma mais explícita – tanto agentes mais ligados à medicina quanto à política, à cultura ou ao amálgama formado por estes três âmbitos.

Maria menciona que no seu aniversário de fevereiro de 1981, “Haroldo Saboia reuniu um grupo e à meia-noite vieram todos para a minha porta, cantando e tocando instrumentos” (ARAGÃO, 1992). Como era uma quarta feira, Maria conta que precisou mandá-los embora e, então, marcou um almoço para o sábado seguinte, a ser realizado em sua casa. Neste almoço, diz ela: “calculei que viessem umas cem pessoas e apareceram muito mais. Tinha gente sentada até na porta da rua, porque não cabia mais ninguém dentro de casa. Vieram muitos jovens, tinha gente de todas as categorias, de todos os partidos, engraçado é que veio até gente do governo” (ARAGÃO, 1992, p. 174). Foi este o aniversário que Maria coloca como tendo acontecido a “gota d’água” para que ela viesse a romper com o PCB.

Em 1982, apesar de não constar registro nos três relatos memorialísticos aqui trabalhados, também houve uma comemoração relativamente semelhante à anterior. O DOPS-MA registrou uma matéria do Jornal Pequeno, do dia 17 de fevereiro de 1982, intitulada “Maria Aragão recebe homenagem”. Diz a matéria:

Cerca de 150 pessoas, de todos os partidos oposicionistas, homenagearam na tarde do último sábado, a Dra. Maria José Aragão, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (na ilegalidade), pela passagem de seu 72º aniversário.

Com muita animação, música e danças, os amigos e admiradores da médica Maria Aragão, ocuparam sua residência, no centro da cidade e, como forma de mostrar o reconhecimento por seu passado de lutas oposicionistas, cantaram ‘A Internacional’, hino comunista mundial, e o ‘Parabéns a você’.

Estavam presentes deputados e representantes do PMDB, PDT, PT, além de médicos, engenheiros, economistas, professores universitários, e muitos jovens, que somente neste sábado conheceram a figura de Maria Aragão.

Um representante de Luiz Carlos Prestes, ex-secretário geral do PCB, veio especial do Rio de Janeiro (...). Um representante do PDT percorreu sobre o passado de lutas de Maria Aragão, lembrando os períodos em que a médica esteve “nos cárceres da ditadura” por causa de suas ideias.

O comandante Renato Archer, presidente do PMDB, não podendo comparecer pessoalmente, enviou um telegrama, transmitindo “cumprimentos afetuosos” à médica que, bastante emocionada, ofereceu a todos os presentes um delicioso mocotó e uma suculenta feijoada.

Maria Aragão também não menciona confraternizações ocorridas em seu aniversário de 1984, mas sabe-se que estas ocorreram. Araújo reproduz um convite para a “festa de confraternização” do aniversário de Maria. O convite traz, à esquerda uma foto de Maria e, na parte de baixo, a frase “Maria Aragão – 74 anos de vida, 39 anos de luta pela paz, pela democracia, e pelo socialismo”. Ao lado da foto de Maria, consta o seguinte texto:

Convite: temos a honra de convidar você e sua família para participar da festa de confraternização pela passagem do 74º aniversário da *incansável e valorosa líder política e médica* DRA. MARIA JOSÉ ARAGÃO. É uma homenagem que os democratas e patriotas do Maranhão prestam a uma *mulher cuja vida é marcada pela luta em defesa do proletariado, da paz, da liberdade, da democracia, do socialismo*.

A festa será realizada dia 10 de fevereiro (sexta-feira), às 18 horas, no Clube Libanês (...). São Luís, fevereiro de 1984.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

(reproduzido em ARAÚJO, 2014, p. 362, grifos meus)

Destaca-se, no convite, a idade da homenageada e a quantidade de tempo dedicado à militância política, o que é reiterado pela adjetivação de “incansável”. Esta quantidade de tempo é contada a partir de 1945, que foi o ano do ingresso de Maria no PCB, mas não há menção ao motivo pelo qual este ano é tomado como início da “luta pela paz...”. Outro qualificativo que se destaca é o registro de sua concomitante atuação na política e na medicina. O próprio fato de haver um “Dra.” antes do nome da aniversariante, já deixa explícita a intenção de registrar e tornar público o ofício, socialmente muito prestigiado, a que ela se dedicava. A isto se soma a qualificação de sua pessoa como “valorosa líder política e médica” e de sua luta “em defesa do proletariado, da paz, da liberdade, da democracia e do socialismo”. A festa é ainda colocada como sendo uma homenagem dos “democratas e patriotas do Maranhão” e o convite assinado por uma “comissão organizadora” não nominada. Também chama atenção a ausência de qualquer referência direta à sua anterior filiação ao PCB e aos termos comunista e comunismo, inclusive o símbolo do comunismo (a foice e o martelo), presente em várias outras publicações (como no título da *Revista* publicada em 1988) não aparece neste convite.

Outra confraternização que aparece em suas memórias é o aniversário do ano de 1988. Maria menciona duas pessoas que neste ano compunham a “comissão organizadora” - Aldionor Salgado e Ironildes Vanderley¹⁵ - e que os dois “editaram uma revista que girava em torno de minha vida” (ARAGÃO, 1992, p. 174). Maria menciona ainda que a festa aconteceu no Clube Sírrio

¹⁵ Aldionor Salgado era também integrante da “corrente prestista”. Formou-se em jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão, em 1983. Neste mesmo ano ele é eleito para seu primeiro mandato de vereador, por São Luís, na legenda do PMDB. Posteriormente se filia ao PT e, depois, ao PDT. Ironildes é médica.

Libanês e que houve a participação do Centro de Cultura Negra e do LABORARTE¹⁶. Quanto aos convidados, menciona que Luis Carlos Prestes fora convidado, e que, não podendo comparecer, enviou um cartão; por fim, menciona que “o Jackson Lago [então candidato à prefeito de São Luís] também compareceu à festa, tudo quanto era amigo meu, até gente de fora” (ARAGÃO, 1992, p. 175).

No ano seguinte, em 1989, Maria menciona que também houve uma confraternização, mas esta foi em sua casa. Já em 1990 – ano do seu depoimento a Antonio Francisco, posteriormente publicado em livro -, ela menciona que houve “uma festa bonita, que se estendeu pela cidade, a Favela do Samba fez uma roda de samba por vários dias, houve show no Teatro Praia Grande, serenata na descida da Praça Gonçalves Dias, onde colocaram uma placa” (ARAGÃO, 1992, p. 176).

2.2. Homenagens mais ligadas ao âmbito profissional

As homenagens à Maria, que são centrais para compreendermos como ela se torna um personagem conhecido e reconhecido no meio político e cultural do estado do Maranhão, não se restringiram aos seus aniversários. Houve também consagrações *mais* ligadas ao âmbito da medicina. Algumas destas homenagens, porém, são mais difíceis de apreender quando partimos principalmente de seus relatos autobiográficos, pois não são mencionadas por ela.

Partindo de outras fontes, identificamos duas destas homenagens silenciadas nos depoimentos pesquisados. A primeira delas se refere ao *I Encontro da Mulher Maranhense*, ocorrido durante os dias 08 e 12 de março de 1982, organizado pela Fundação Bandeira Tribuzzi em conjunto com Secretarias do Estado¹⁷. Neste evento, 12 mulheres foram homenageadas e, dentre elas, Maria Aragão, caracterizada como “destaque feminino na medicina”¹⁸. O então governador do

¹⁶ O CCN é uma organização criada em fins da década de 1970, para atuar junto às questões ligadas a discriminação racial. Ver: <http://ccnma.org.br/index.php/about/historico-ccn>. Já o LABORARTE, é um grupo artístico criado também em fins da década de 1970.

¹⁷ Informação registrada em um documento da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA). Ver Dossiê 332, Código 07 (subversão); gaveta 3; Arquivo 02, disponível no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

¹⁸ Nos registro da DOPS, que identifica Maria como “Médica Maria José Aragão” e “ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro”, consta também uma matéria do Jornal Pequeno, sem data, publicada antes do evento, em que mencionava-se as 12 mulheres homenageadas: “D. Gardênia Castelo, Maria Inês Sabóia e Lourdes Cortinhas, no campo da filantropia; Arleth Nogueira da Cruz (destaque feminino na cultura maranhense); Dulce Brito (destaque feminino do jornalismo maranhense); Silvia Costa (Líder do movimento negro maranhense); Judith Pacheco (destaque feminino na magistratura); Dra. Maria Aragão (destaque feminino na medicina); Leda Tajra (destaque feminino em educação); D. Carmem Prudente (Mulher do ano no Brasil); Maria Tribuzzi (Mulher do ano no Maranhão), faltando escolher ainda, uma mulher do povão”

Estado no período, João Castelo (Partido Democrático Social), foi outro dos homenageados e esteve representado pelo Secretário de Justiça do Estado, Roque Macatrão. No referido encontro, Maria coordenou uma mesa com o tema “A mulher e o aborto, sexo em geral” e é apresentada, no documento da DOPS, como “Médica Maria José Aragão” e “ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro”. Outra homenagem mais próxima ao meio médico e que Maria não menciona, é a sua posse, em 1988, na Academia Maranhense de Medicina¹⁹.

Estes silenciamentos, vale frisar, por si só já constituem um dado importante. Indica que a própria Maria, como um dos muitos agentes que intervinham na construção de sua identidade pública, priorizava as distinções advindas do reconhecimento da sua atuação política, por mais que estas viessem sempre com referências à sua qualidade de “Dra.”. Isto pode ser visto, por exemplo, na homenagem recebida por Maria em 1973, feita pela União de Moradores do Anil. Sobre esta ocasião, a ênfase dada por Maria é para o fato de ter contribuído com a organização e mobilização dos moradores da região – a sua atuação enquanto médica fica subsumida à sua atuação como (médica) comunista. Possivelmente, pesou também como influência para este silenciamento a tentativa de não ter sua imagem vinculada a determinados agentes políticos²⁰.

Em relação à sua atuação na medicina neste período, Maria relata que durante a gestão do prefeito Jackson Lago (1989-1993) foi convidada pela Secretária de Saúde do Município, Dra. Helena Castro, para trabalhar na Prefeitura de São Luís, passando então a trabalhar, duas vezes por semana, no Posto de Saúde do bairro Sacavém. Lá, ainda segundo o seu relato, propõe a criação de um Centro de Estudos englobando os profissionais de saúde do Posto de Saúde do Sacavém e de toda a Secretaria de Saúde, o que foi acatado pela Secretária. Diz Maria que o Centro foi feito e mobilizou uma grande quantidade de médicos, inclusive o Prefeito Jackson Lago. Porém, avalia Maria que “só houve uma besteira, que foi a Secretária propor que o Centro de Estudos se chamasse Maria Aragão” (ARAGÃO, 1992, p. 195). Neste momento Maria estava também atuando na CUT e no Sindicato dos Médicos.

2.3. Homenagens mais ligadas ao âmbito político-administrativo

Um outro seguimento de homenagens que se destaca refere-se àquelas mais ligadas ao âmbito político-administrativo, ou seja, a agentes do Estado. Maria relata que, no seu aniversário

¹⁹ Informação disponível no Memorial Maria Aragão.

²⁰ Vale lembrar, tal qual demonstrado por Lahire (2004), que tais ênfases e silenciamentos não são necessariamente estratégias conscientes.

de 80 anos, em 1990, em meio a uma serenata que ocorria em sua homenagem na Praça Gonçalves Dias, foi colocada, nesta praça, uma placa em que havia escrito “À Maria Aragão, pelos seus 80 anos”. A própria Maria aponta que o principal responsável pela realização da homenagem havia sido o seu amigo que a estava entrevistando, Antônio Francisco, que, na ocasião, trabalhava junto à prefeitura, na gestão de Jackson Lago. O local onde estava a placa deu lugar a uma pequena praça com seu busto e, posteriormente, à construção de uma grande praça e memorial, intitulados, respectivamente, Praça e Memorial Maria Aragão²¹.

Também em 1990, Maria é condecorada com a Medalha Manoel Bequimão, a “mais importante comenda do poder legislativo estadual”²² - Maria também não cita esta homenagem em seu relato autobiográfico. Segundo Azevedo, “a iniciativa foi do então deputado estadual Juarez Lima (PDT), médico e antigo companheiro de Maria no sindicato dessa categoria” (AZEVEDO, 2016, p. 25) e foi entregue a ela pelo presidente da casa, deputado Ivar Saldanha (Partido da Frente Liberal - PFL).

Em fins da década de 1980, circulou na Câmara Municipal de São Luís uma proposta para nomear uma das avenidas da cidade com o nome de Maria Aragão, mas a proposta foi recusada. Em 1991, com a morte de Maria, esta mesma Câmara se colocou à disposição para a realização do velório (AZEVEDO, 2016). Seu velório, porém, foi realizado na Assembleia Legislativa do Estado. Após a cerimônia, houve um cortejo até o Cemitério do Gavião, sendo o corpo levado em um carro do Corpo de Bombeiros e o caixão coberto por bandeiras da Favela do Samba, PCB, CUT e PDT. Os jornais de maior circulação no estado destacaram, além da heroicização da falecida, a grande quantidade de pessoas presentes na cerimônia, que eram das mais diversas posições políticas. Compareceram na cerimônia, por exemplo, o então governador Edison Lobão, o ex-governador João Alberto, o então prefeito Jackson Lago, deputados, além de lideranças sindicais e membros de partidos políticos de esquerda. Em relação à quantidade de pessoas que acompanharam o cortejo, há relatos que variam entre mil pessoas (O Estado do Maranhão, em matéria veiculada no dia 25 de julho de 1991) e mais de duas mil pessoas (O Imparcial, em matéria veiculada neste mesmo dia). Além desta cerimônia, várias notas oficiais foram divulgadas. A prefeitura de São Luís divulgou um

²¹ A praça e memorial Maria Aragão só foram concluídos em 2004. Por seu tamanho e localização, a praça é hoje o local onde há os maiores eventos da cidade. O projeto inicial da Praça (que veio a substituir a praça menor com o seu busto) foi feito pelo comunista e consagrado arquiteto Oscar Niemeyer, em 1997. A sua consecução envolveu vários agentes, dentre eles Jackson Lago e Haroldo Saboia. Uma descrição deste processo pode ser vista no último capítulo da tese de Márcia Araújo (2014), intitulado “Lembrar Maria Aragão: Praça e Memorial”.

²² Conforme definida no sítio da própria Assembleia Legislativa - <http://www.al.ma.leg.br/noticias/25706>.
ESCALADA DA CONSAGRAÇÃO E DISPUTA PELA MEMÓRIA: Itinerário político e homenagens a Maria 137
Aragão a partir da redemocratização | Marcelo Fontenelle e Silva

convite para a cerimônia do funeral na Assembleia e também um decreto instituindo luto oficial de três dias²³.

2.4. Homenagens mais ligadas ao âmbito artístico-cultural

Além dos seus aniversários, das homenagens mais ligadas ao meio médico e das mais ligadas a agentes do Estado, pode-se destacar ainda um terceiro eixo de homenagens à Maria nessa fase final de sua vida: as homenagens mais ligadas ao meio artístico-cultural. Maria relata que, em setembro de 1988, recebeu pessoas da escola de samba Favela do Samba comunicando que sua vida havia sido escolhida como tema do enredo do desfile do ano seguinte e foi convidada para um almoço na sede da escola²⁴. Segundo Moreira Neto (2015), a Favela do Samba vinha de um período de decadência, mas, com o enredo sobre a vida de Maria, conseguiu ser vice-campeã.

Naquele período, as duas maiores escolas de samba do Maranhão eram a Turma do Quinto, então gerida por integrantes de partidos de esquerda e identificada como “antisarneysista”; e a sua principal concorrente, a Flor do Samba, identificada como “sarneysista”. Em 1988, Renato Dionísio, militante do PDT desde 1986, é eleito para a direção da Favela do Samba e, com isto, grupos dissidentes da Turma do Quinto se integraram à escola²⁵. Este é um momento que pode ser considerado como o marco de uma guinada na trajetória da Favela do Samba, em que seus sambas-enredo passaram a ser marcados por uma maior politização (ARAÚJO, 2001).

Relata Maria sobre a homenagem feita no carnaval de 1989:

Seria grosseria demais dizer que não ia [para o almoço], portanto prometi e fui. Chegando lá, fiquei impressionada, eram trabalhadores que estavam lá, era a gente do bairro, gente pobre, minha gente. Peguei então o microfone e disse que a partir daquele momento eu pertencia à Favela do Samba.

Anunciaram nos jornais, abriram um concurso para os compositores elaborarem o samba-enredo. Apareceram dezoito, isso me impressionou. Eu achei lindo porque o tema era minha vida, não pelo fato de ser Maria Aragão, não dou muita importância a isso.

²³ Para uma exposição mais detalhada sobre como a morte de Maria Aragão foi retratada nos meios de comunicação do estado, ver o capítulo 6 de Silva (2017).

Sobre a repercussão da morte de agentes políticos, Dulong (1994) destacara a tendência a ocorrer um certo consenso, entre atores distintos, sobre a importância do morto/homenageado, bem como a tendência a que, quanto mais alta a posição do defunto na hierarquia política, mas numerosos sejam os discursos proferidos e que eles advenham de agentes de posições mais altas.

²⁴ Ver a letra do samba-enredo em Araújo (2001). Além do samba-enredo feito em homenagem à Maria, em 1989, há também referências a ela no samba-enredo de 1990, intitulado *Reynaldo Faray – o sonho de um Pierrot*, de autoria de Escrete, Tião da Favela e José R. Gonçalves (“Maria vai buscar o meu fuzil / Que a liberdade no além mar se instalou”); e também no ano de 1991, com o samba-enredo intitulado “O baile dos exilados”, de autoria de Escrete e José R. Gonçalves (Maria Maria / Na tua voz / A voz do povo vai cantar / Ninguém conseguiria / A liberdade no exílio acorrentar).

²⁵ Renato Dionísio permaneceu na presidência da escola de 1989 a 1992.

Mas por *quem* era Maria Aragão, comunista desde 1945, que voltou para o Maranhão e foi perseguida, os padres dizendo que era prostituta e não médica. Depois, no interior, disseram que era a besta-fera. Quiseram matá-la só porque era comunista. Não tinha um crime, não tinha nada, o problema era eu ser comunista e defender o socialismo. Depois vieram as prisões. Matou? Roubou? Praticou algum crime? Não, é comunista e defende o socialismo.

E então a favela põe a minha vida na rua, me homenageia com um enredo. Havia uma ala que era ‘O sonho de Maria’, que ostentava painéis com figuras de Marx, Lênin, Mao, Fidel Castro, Prestes, Agostinho Neto e Mandela. A massa os aplaudiu e me aplaudiu. Eu desfilei também, às vezes me aplaudiam de pé, isso me deu uma emoção muito grande (...).

Era o socialismo que estava na rua, os aplausos eram para essa luta de tantos anos. Por isso, acho que foi o acontecimento mais importante aqui no Maranhão, naquele ano de 1989 (ARAGÃO, 1992, p. 200).

Essa citação justifica-se por ser um trecho representativo de como Maria via a sua própria vida e qual o significado atribuído por ela às homenagens que passou a receber nessa fase da sua vida. Nesse trecho ela explica o motivo de se emocionar com tais homenagens e considera-las importantes. Na sua percepção, as pessoas que a homenageavam eram “gente pobre, minha gente”. E o tema, diferentemente de uma mera afirmação de vaidade individual, seria a sua vida, e a sua vida se confundiria com a luta pelo socialismo, que também se confundiria com a vida de outros ícones do comunismo internacional, como Marx e Prestes. Nesta forma de ver sua vida e as homenagens, a história ali contada era a história da perseguição, da bravura de quem defendeu o socialismo a vida inteira, a história do próprio socialismo, o que demonstra o seu empenho em reafirmar aspectos consagrados como da identidade comunista (ver PANDOLFI, 1995).

Outras atividades ligadas à cultura e vinculadas à Maria são relatadas por Euclides Moreira, segundo o qual, a pedido de Maria Aragão, em junho de 1989, produziu um show do cantor Taiguara, que na época era um artista conhecido nacionalmente. Ele relata ainda que, “houve uma exaustiva promoção a nível de divulgação na cidade” e que “a divulgação feita foi orientada no sentido de ‘conseguir recursos para as obras de Maria’, e a cidade sabia que ela tinha várias frentes de trabalho” (MOREIRA NETO, 2015, 292). Moreira Neto não especifica quais seriam estas “frentes de trabalho” ou “obras de Maria”, mas demonstra, com isto, a sua percepção de que Maria era amplamente reconhecida na cidade. Em maio de 1991, Euclides produz um show em homenagem à Maria e para organizar fundos para a CUT. O evento intitulava-se “Maria, Maria... a luta continua viva”. Em junho do mesmo ano, com ela já hospitalizada, realiza mais dois shows com as mesmas finalidades (MOREIRA NETO, 2015).

Considerações Finais

Percebe-se, no período estudado, que a experiência de Maria Aragão foi marcada por uma forte sensação de reconhecimento de sua “luta”, fenômeno que se deu paralelamente a uma maior ocupação de postos no Estado por parte de agentes identificados com a oposição ao governo militar. A militante comunista que, nas décadas de 1950 e 1960, se via preterida pela direção partidária e durante a ditadura militar sofreu absurdamente com a repressão, via nesse período a *intensificação* de sua consagração e construção da sua imagem como um mártir da “luta contra a ditadura” e “em favor do povo”.

Esta percepção, porém, tem mais a ver com uma memória construída durante o processo de transição (e hegemonizada por setores liberais) do que com a história em si. Homenagear Maria Aragão, neste contexto, significava o reforço à construção da percepção da redemocratização como decorrência de um determinado modelo de luta contra a ditadura, e esse modelo como sendo representado pela vida de Maria Aragão. Destaca-se, assim, o fato de ela representar, nestes meios, a luta contra a ditadura considerada como a mais correta, a que apostou sempre na “democracia” (ou seja, na disputa política pelos meios institucionais/legais, e não na luta armada).

Vale lembrar, também, que apesar de podermos delimitar, entre os diversos agentes que pautaram a sua identidade, pelo menos este consenso, a definição do que significava a sua vida e a reconstrução dos eventos pelos quais passou era algo que estava – e ainda está – em constante disputa e construção.

Destaca-se, por fim, que a apreensão do itinerário político e dos rituais de consagração de uma agente que se tornou um dos eixos de construção do passado recente de um estado é parte necessária de uma agenda de pesquisa que visa a compreensão do que, em um determinado contexto, era valorizado no passado, legitimava posturas no presente e excluía, ao menos virtualmente, certas possibilidades para o futuro. Faz-se necessário, paralelamente, uma análise que se aprofunde no conteúdo destas homenagens e que leve em conta a construção da memória não só de Maria Aragão, mas de outros agentes consagrados, atentando-se para o caráter relacional, processual e concorrencial da construção destas identidades.

Referências:

ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil* (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAGÃO, M. Depoimento autobiográfico. In.: ANTONIO FRANCISCO. *A razão de uma vida* (Depoimentos de Maria Aragão colhidos por Antonio Francisco). SIOM. São Luís, 1992.

_____. Depoimento autobiográfico. In.: MOREIRA NETO, E. *Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura*. São Luís, Engenho, 2015. Disponível em: <http://www.secti.ma.gov.br/files/2015/12/Maria-por-Maria-Com-Capa.pdf> Acesso em: 18/08?2015.

_____. Depoimento autobiográfico. In.: SALGADO, A. *Maria Aragão. 78 anos de vida, 43 de luta* (publicação em homenagem ao seu aniversário de 78 anos). São Luís, Maranhão, 10 de fevereiro de 1988.

ARANTES, P. 1964, o ano que não terminou. In.: Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARAÚJO, E. *Não deixe o samba morrer: um estudo histórico e etnográfico sobre o carnaval de São Luís e a escola Favela do Samba*. São Luís: Edições UFMA/PRXAE/DAC, 2001.

ARAÚJO, M. A. P. *Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária*. São Luís, EDUFMA, 2014.

_____. *Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária*. São Luís, EDUFMA, 2014. Resenha de SILVA, M, F. e BORGES, A. S. *Maria Aragão e suas muitas faces*. Revista Interdisciplinar de Cultura e Sociedade (RICS), vol. 2, 2016.

AZEVEDO, E. *Uma subversiva no fio da história*. Vias de Fato. São Luís, 2016.

BORGES, A. S. *PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais*. São Luís: EDUFMA, 2008.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*, 15º Ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011c.

CORADINI, O. L. Panteões, iconoclastas e as Ciências Sociais. In: ELMIR, C. P.; JÚNIOR, S. & SILVA JR., A. L. (orgs.). *Mitos & heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

COSTA, I. C. G. Uma rede prestista: diversos fios dos “filhos” da *Carta aos Comunistas* no PDT. Nº9, ano 7, Perseu Abramo, 2013.

DULONG, D. Mourir en politique: le discours des éloges funèbres. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 44, n. 4, p. 629-646, 1994. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1994_num_44_4_396232 Acesso em: 20.set.2015.

EDNÍLSO, C. ALAN, C. Verbete: Haroldo Sabóia. In.: ABREU, A. BELOCH, I. LATTMAN-WELTAN, F. & LAMARÃO, S. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

GRILL, I. G. “Ismos”, “ícones” e intérpretes: as lógicas das “etiquetagens” na política de dois estados brasileiros (MA e RS). *Rev. Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n 43, p. 193-220, 2012b.

GROPPO, B. Amnésia, repressões, mitos: como se conta o passado após uma ditadura. In: ZHACHARIADHES, G. C. (Org.). 1964: 50 anos depois – a ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015a.

GROPPO, B. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In.: QUADRAT, S. V. e ROLLEMBERG, D. (Orgs.). História e memória das ditaduras de século XX. Volume I. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015b.

LAHIRE, B. Sociología y autobiografía. Revista de Antropología Social, 13, págs. 37-47, 2004.

MOREIRA NETO, E. Maria e eu (depoimento pessoal). In.: MOREIRA NETO, E. *Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura*. São Luís, Engenho, 2015.

NAPOLITANO, M. 1964: História do regime militar brasileiro. 1. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

PANDOLFI, D. C. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

POLLAK, M. Memória e Identidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRESTES, Luiz Carlos. *Carta aos comunistas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. Disponível em: <<http://www.ilcp.org.br>>. Acesso em: 18/06/2016

REIS FILHO, D. A. Ditadura no Brasil: uma incômoda e contraditória memória. In.: *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

REIS FILHO, D. A. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

SILVA, M. F. *A besta-fera vai ao paraíso: uma análise da construção da memória e identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, 2017.

TELES, E. SAFATLE, V (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO

SILVA; Marcelo Fontenelle e. Escalada da consagração e disputa pela memória: Itinerário político e homenagens a Maria Aragão a partir da redemocratização. *Revista Café com Sociologia*. v.6, n.3, p. 121-142, 2017.

Recebido em: 08 de ago. 2017

Aceito em: 11 de nov. 2017